



MUNICÍPIO DE SANTO ÂNGELO
FABS-RPPS

Ata nº 01/2016

Aos cinco dias do mês de fevereiro de 2016, reuniram-se os membros do COADFABS, nomeados pelas Portarias nº 69/SG/14 e 48/SG/2015. Presentes os **TITULARES**: Luiz Ghellar, Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João Batista Rodrigues da Silva, Renato Alves Ribas, Alfredo Amaral Obregon, Sandra Maria Back Ferreira. **SUPLENTE**: Rosani M L Stocker, Rosemari Machado, Jeferson Toniazzo, Guilherme Rademacher Aiolfi, Daiani Mello dos Santos. O Sr. Presidente deu início a reunião, para tratar: 1-PARECER SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015; 2-CÁLCULO ATUARIAL. O Sr. Presidente deu início a reunião, iniciando pelo parecer sobre as contas do exercício de 2015, embasados em balancete contábil, de receita e de despesas: **APROVADO POR UNANIMIDADE**. A seguir, passou ao segundo assunto da pauta, o Conselheiro Michael Gindri Bueno, apresentou a Nota Técnica Atuarial nº 3030/2016, justificando que o Passivo está muito elevado, que em dezembro de 2015, o Município foi afetado pelas chuvas, que causaram grandes estragos no interior especialmente, foi decretada situação de emergência que não foi homologado, que o Município está com déficit financeiro, decréscimo de receita, que não tem condições de cumprir com as alíquotas vigentes, que pode ocorrer de não poder conceder reajustes aos ervidores, com isto buscou-se alternativas com a apresentação de novo cálculo atuarial para o FABS, conforme quadro abaixo:

VIGÊNCIA	CUSTEIO (%)			TOTAL
	NORMAL		ESPECIAL	
	SERVIDOR	EMPREGADOR	EMPREGADOR	
JAN-OUT/2016	11,00	12,30	3,00	26,30
NOVEMBRO/2016	11,00	12,30	17,00	40,30
DEZEMBRO/2016	11,00	12,30	31,00	54,30
2017	11,00	13,22	33,00	57,22
2018	11,00	13,22	38,00	62,22
2019	11,00	13,22	43,00	67,22
2020	11,00	13,22	48,00	72,22
2021	11,00	13,22	53,00	77,22
2022	11,00	13,22	58,00	82,22
2023 - 2040	11,00	13,22	61,00	85,22

A composição atual vigente pela Lei nº 3.928/2014 é a seguinte:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Rosani, Rosemari, Jeferson, and others, along with a large 'A' and various initials.]

VIGÊNCIA	CUSTEIO (%)			TOTAL
	NORMAL		ESPECIAL	
	SERVIDOR	EMPREGADOR	EMPREGADOR	
2015	11,00	12,30	21,00	44,30
2016	11,00	12,30	26,00	49,30
2017	11,00	12,30	31,00	54,30
2018	11,00	12,30	36,00	59,30
2019	11,00	12,30	41,00	64,30
2020	11,00	12,30	46,00	69,30
2021	11,00	12,30	51,00	74,30
2022	11,00	12,30	56,00	79,30
2023	11,00	12,30	61,00	84,30
2024	11,00	12,30	66,00	89,30
2025	11,00	12,30	71,00	94,30
2026	11,00	12,30	76,00	99,30
2027 - 2040	11,00	12,30	79,00	102,30

A redução na alíquota especial do empregador é de 23%, ou seja, dos 26% atuais para 3% de janeiro a outubro de 2016, em novembro 17%, a partir de dezembro para 31%, voltando a partir daí a mesma reestruturação de alíquotas já previstas. O Conselheiro Luiz Ghellar, salientou a falta de capacidade de pagamento do Município para as alíquotas vigentes. O Conselheiro Alfredo Amaral Obregon, de argumentou contra em função do prejuízo que isto causará aos recursos existentes no FABS, pois gerará saques das aplicações para poder pagar as despesas mensais do Fundo. A conselheira Sandra Maria Back Ferreira, representante dos servidores do Poder Legislativo, faz constar as seguintes considerações: primeiro, o parcelamento de 2010, foi quitado em dezembro de 2015, isto significa que o Poder Executivo, a partir de 01 de janeiro de 2016, deixa de ser onerado, conforme última parcela no montante de R\$420.065,40, ao mês; restando ainda um parcelamento que finda em dezembro de 2017 que gera uma parcela mensal de R\$55.422,00, valor relativo a janeiro/2016, conforme Lei 3.652/2012; segundo, em 2015, as alíquotas praticadas eram de 11% servidor, 12,30% patronal normal e 21% patronal especial, o que equivalia a 44,30% de alíquota total, para 2016 a especial foi elevada para 26%, passando a alíquota total para 49,30%, assim para exemplificar pegando a base de cálculo de janeiro/2016 = 2.915.109,92, se ainda estivesse em vigor a alíquota de 2015 esta geraria em contribuição = R\$1.291.393,69, e com a alíquota vigente para 2016 isto importa em R\$1.437.149,19, ou seja, uma variação de R\$145.755,50, isto significa que considerando a redução no montante a ser pago de parcelamento e a elevação de alíquota (R\$420.065,40 - R\$145.755,50) o Município de Santo Ângelo, através do Poder Executivo terá um desembolso a menor de R\$274.309,90 mensal, isto em doze meses representam R\$3.291.718,80, de recursos que ficarão disponíveis no caixa do Município, de forma correta e justa, pois o parcelamento foi cumprido na sua íntegra, contudo neste mesmo mês de janeiro de 2016 somente a Folha de pagamento bruta importou em R\$1.421.513,91, se arrecadamos em alíquotas R\$1.437.149,19, sobrou dessa contribuição R\$15.635,28, salientando que é período de férias quando cai drasticamente o número de pessoas com auxílio-doença, restará ao FABS, relativo à competência de janeiro de 2016 este saldo, mais o parcelamento de 2012, a compensação previdenciária (parcela mensal de R\$122.000,00 aproximadamente) e o resultado das rentabilidades (extremamente variável, depende

[Handwritten signatures and initials]

do mercado financeiro), resultando pouco acréscimo na reserva matemática, ou reserva para o futuro; terceiro, as RCL dos últimos 4 exercícios apresentaram-se da seguinte forma 2012= R\$98.850.575,68, 2013 = R\$107.843.804,84, 2014 = R\$115.671.458,11, 2015 = R\$119.521.428,31, o que se constata é que por pior que seja a economia, e 2015, foi um ano bastante adverso, a Receita do Município tem progressão, 2016 está com as mesmas premissas de 2015, com o governo federal aumentando alíquotas de impostos para que a arrecadação não seja inferior a do ano anterior, e os índices quando analisados, sempre demonstram que há crescimento, pode não ser o esperado mas há na área tributária; quarto, não se justifica uma brutal redução de alíquota nos repasses para o FABS, poder-se-ia analisar até algum ajuste de redução de alíquotas, mas compatíveis com os gastos do RPPS, pois o somatório de todas as receitas do FABS (alíquotas, parcelamento, compensação e rentabilidades) não serão suficientes para cobrir as despesas mensais do RPPS, o que implicaria em vez de fazermos reserva, começarmos a dilapidar o patrimônio do mesmo antes do tempo necessário de capitalização dos recursos e constituição de uma reserva mais apropriada às necessidades dos servidores que são aposentados e os que virão a ingressar no sistema; quinto, por mais que a Nota Técnica Atuarial apresente esta alternativa de redução, ela é incompatível com as necessidades do FABS; sexto o FABS teria que sacar mensalmente a aproximadamente R\$500.000,00, em doze meses isto representa R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) que seriam suprimidos do patrimônio; sétimo, esta posição se dá em função da responsabilidade que cada conselheiro tem perante o Município, o FABS, e normativas sobre penalidades e responsabilidades aplicáveis aos gestores. O Conselheiro João Batista, se apresentou favorável as nova alíquotas, em função dos servidores e para não prejudicar o caixa do Município. O Conselheiro Eliseu Morin, discorreu sobre as severas dificuldades que se apresentaram para fazer o encerramento de 2015, e a falta de perspectivas de melhoras para o ano de 2016, que o Tesouro Municipal não terá como arcar com as alíquotas vigentes. Prosseguiram-se os debates, a conselheira Sandra Ferreira, questionou sobre a possibilidade de se refazer o cálculo com um reestudo da alíquota de 3% a um patamar mais elevado, contudo o Conselheiro Luiz Ghellar, disse que era inviável, com isto o Presidente Colocou em votação a posição de cada Conselheiro sobre o novo cálculo atuarial com alíquotas reduzidas até novembro. Assim votaram: Pelo Sim = Luiz Ghellar, Eliseu Morin, Michael Gindri Bueno, João B. R. da Silva e Renato Alves Ribas; pelo Não = Alfredo A. Obregon, Gilberto Bomm, Sandra M. Back Ferreira. APROVADO POR MAIORIA.

Nada mais-havendo a contar encerra-se a presente ata, que vai devidamente assinada.

Alfredo A. Obregon

Luiz Ghellar

Eliseu Morin

Michael Gindri Bueno

João B. R. da Silva

Renato Alves Ribas

Sandra M. Back Ferreira

Gilberto Bomm

Presentes:

Guilherme Rademacher Aiolfi

Jeferson Toniazzi

Daiani Mello dos Santos

Renata Bohn

Jeferson Maurício Renz